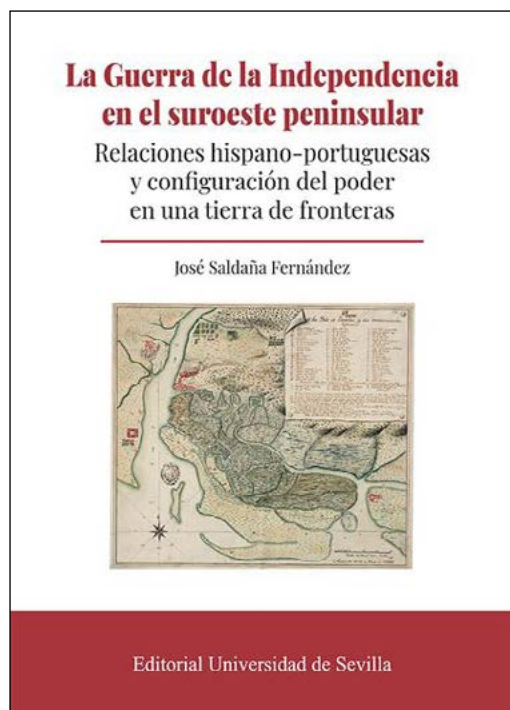


José Saldaña Fernández, *La Guerra de la Independencia en el suroeste peninsular: Relaciones hispano-portuguesas y configuración del poder en una tierra de fronteras*. Editorial Universidad de Sevilla, 2024

Ana Cristina Araújo 



Antes da ocupação napoleónica da Península Ibérica, a fronteira hispano-portuguesa foi objeto de redefinição na província do Alentejo, na raia da Estremadura espanhola, em consequência da Guerra das Laranjas ordenada por Manuel Godoy, ministro de Carlos IV, com o respaldo de Napoleão Bonaparte. Os confrontos e cercos militares aconteceram entre maio e junho de 1801 e circunscreveram-se a algumas praças alentejanas: Elvas, Arronches, Campo Maior, Alpalhão, Nisa e Crato. Este curto conflito armado causou poucas baixas e originou pontuais estragos e saques, mas acabou por ter profundas consequências no traçado da multissecular fronteira entre Portugal e Espanha. A anexação espanhola de Olivença alterou para sempre a linha divisória entre os dois países.

Alguns historiadores consideram que a dura prova de força de 1801 funcionou como balão de ensaio da invasão hispano-francesa de 1808. António Pedro Vicente propôs mesmo a data de 1801 para o início da Guerra Peninsular, desfasando a origem do conflito em Portugal do processo da Guerra de Independência em Espanha (1808-1814). No campo das relações com Espanha, outros contributos historiográficos têm alertado para a permeabilidade política das fronteiras pe-

ninsulares no decurso da ofensiva napoleónica. As populações e as autoridades locais sofreram com a guerra e reagiram, em tempos diferentes, às incursões militares, às pilhagens e a ameaças de ocupação territorial. Na verdade, só a partir dos levantamentos e revoltas de maio e junho de 1808 a luta de portugueses e espanhóis passou a travar-se contra um inimigo comum – a França de Napoleão.

O quadro anterior à Guerra de Independência, importante para definir as contradições das autoridades locais e os impasses experimentados na defesa territorial de comunidades próximas, não é, contudo, objeto de estudo nesta obra. José Saldaña Fernández (2024) concentra-se, sobretudo, na Guerra de Independência oferecendo uma leitu-

ra sistemática e bem informada das relações hispano-portuguesas na zona de fronteira do Sudoeste. Tendo como foco principal a análise das dinâmicas políticas, militares e sociais subjacentes ao conflito bélico de 1808 a 1814, explora sistematicamente o intenso nexo de relações estabelecidas na fronteira em dois momentos precisos: no ano de 1808, quando os franceses estenderam a sua influência militar e administrativa ao Algarve e passaram a constituir um perigo real para a integridade de localidades situadas no termo da margem esquerda do Guadiana; e quando tomaram Sevilha em princípios de 1810 e dominaram até 1812 uma parte do Condado de Niebla.

Partindo de uma investigação meticulosa, assente num amplo leque de fontes portuguesas e espanholas – pertencentes a arquivos nacionais e locais –, o autor dá a conhecer o impacto militar, político e social das interações fronteiriças, revelando protagonistas, interesses cruzados e processos de agregação e separação desencadeados pelas populações e pelas autoridades locais e provinciais. Realiza, assim, um estudo inovador sobre as distintas formas de conceber o espaço raiano em situação de conflito regional e de guerra internacional. A sua investigação aponta, inequivocamente, para a ubiquação das ideias de fronteira e periferia. No decurso da guerra, a relação centro-periferia altera-se em função do mapa político. Desenham-se novos marcos de separação e ajustam-se as estratégias de comunicação às vitórias e derrotas que acontecem no terreno. Como nos explica o autor, à linha de demarcação tradicional que separava os dois reinos peninsulares acrescentou-se uma nova fronteira, conjuntural, mas não menos efetiva, entre as terras ocupadas pelos franceses na Andaluzia e aquelas que escapavam ao seu controlo. O traçado imposto pela guerra passou a opor Sevilha e os seus arredores, ocupada entre 1810 e meados de 1812, à zona do Guadiana tradicionalmente próxima da fronteira histórica com Portugal. Neste espaço, pontualmente ameaçado pelos invasores e sujeito a um outro regime de relações de poder, o afrontamento identitário deu lugar a uma intensa negociação política, a incessantes trocas de bens e armas e a movimentos, por vezes descontrolados, de fugitivos e desertores. No quotidiano, as populações procuraram também fortalecer formas de auxílio e de solidariedade consentâneas com as dificuldades impostas pela guerra.

Trabalhando estas ideias, o livro começa por ocupar-se do primeiro tempo da guerra, colocando no espaço geográfico as tensões e expectativas sociais e políticas geradas de um lado e do outro da fronteira, analisando as imagens e as alianças de inimigos e aliados, destacando as interferências de agentes britânicos junto de reconhecidos porta-vozes portugueses e espanhóis. As governanças locais e regionais assumiram o encargo de estimular a mobilização dos povos, embora nem sempre tenham conseguido controlar a deriva revoltosa de soldados alistados à pressa e a circulação transfronteiriça de desertores e fugitivos. Construíram, no entanto, uma narrativa comum, em português e espanhol, centrada na tríade Deus, Pátria e Monarquia, com a finalidade de consubstanciar a defesa conjunta da região. As limitações impostas a este modelo de cooperação institucional de emergência derivaram de quebras no abastecimento de armas e munições, dificuldades de cobrança de contribuições económicas e de velhas e recíprocas desconfianças em relação ao vizinho estrangeiro, fatores agravados ainda pela deserção em massa de homens aptos a combater os franceses. Neste contexto, o autor refere o rápido câmbio, com alguns entrelaçamentos pontuais, de dois modelos de relação, um cooperativo e outro competitivo, ambos ensaiados em 1808 e 1810-1812 entre as autoridades patrióticas das juntas portuguesas e espanholas. Em dezembro de 1808, por ordem do bispo e governador de armas do Algarve, foi reposta a linha de fronteira militar anterior à ocupação francesa e reativado o recrutamento local da companhia de ordenanças, iniciando-se então a reparação das baterias e da fortificação de Vila Real de Santo António. Reforçando a desconfiança e o medo em relação a um possível assédio militar à linha de fronteira, em setembro de 1810 as chefias militares britânicas requerem o levantamento da bateria militar estacionada em Ayamonte, alegando que ela representava um perigo para a defesa do território português situado na margem direita do Guadiana. Estes episódios, ocorridos no âmbito da cooperação temporária transfronteiriça de combate aos franceses, mostram que, em nenhum momento, se apagou a ancestral linha divisória de vizinhança e conflito entre os dois povos vizinhos.

A partir de 1810, com o Algarve liberto e Sevilha tomada pelos franceses, as relações de entreajuda da Regência do Reino e dos municípios de Faro, Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António com as Juntas de Governo de Cádiz e de Ayamonte conheceram novos desenvolvimentos. A existência de espaços de relação formal entre as autoridades de ambos os lados da fronteira consolidou-se, tendo, ao nível do poder central, a Regência do Reino

passado a ter um representante permanente em Cádiz. Em termos regionais, as elites patrióticas expulsas da cidade hispalense encontraram refúgio em Ayamonte e passaram a comandar, localmente, a resistência das forças fiéis a Fernando VII, garantindo, com a ajuda do governo militar anglo-português, a sua sobrevivência social e política à frente das instituições. Neste contexto, o autor explica, detalhadamente, os esforços feitos do lado português da fronteira no sentido de garantir o fornecimento de géneros, armas e munições tanto ao governo de Cádiz como à Junta de Ayamonte. Desse intenso e regular intercâmbio resultaram fluxos migratórios temporários. Emigrados e exilados religiosos e civis estabeleceram-se em território algarvio. Membros da hierarquia eclesiástica, como o arcebispo de Toledo, e partidários realistas ligados a postos de governança local, conhecidos por se oporem às Cortes, à Constituição de Cádiz e ao regime liberal, encontraram mesmo proteção legal em várias vilas e cidades do Algarve.

Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as queixas de povos e das autoridades municipais em relação a práticas de contrabando. Apesar das denúncias acerca de ações clandestinas atribuídas a forasteiros de passagem, os hospitais militares de Lagos, Faro e Tavira receberam regularmente feridos dos exércitos aliados que operavam na Andaluzia. No plano militar, a mediação britânica garantiu, pontualmente, uma melhor articulação das forças patrióticas espanholas e portuguesas com o governo de Cádiz. As interações de fronteira alargaram-se às campanhas de propaganda patriótica. Em resultado do avanço das tropas francesas, a transferência para Ayamonte da Junta Suprema de Sevilha comportou um maior investimento na comunicação política, dando lugar ao aparecimento de novos instrumentos de difusão da narrativa patriótica de resistência anti-napoleónica. Para além de outros meios de informação e propaganda, passou a publicar-se a *Gazeta de Ayamonte* (1810-1811), cuja impressão, pelo menos dos primeiros números, se fez a partir de uma tipografia existente na cidade de Faro. Neste contexto, o autor salienta bem a natureza desigual da atuação dos diversos protagonistas históricos implicados nas operações de defesa do sudoeste peninsular, explorando, concomitantemente, a constituição e a esfera de influência dos diversos organismos provisórios de governo que funcionaram como suportes administrativos e como expressão do patriotismo das elites e da população em geral.

À semelhança do que aconteceu por toda a Espanha e também em Portugal, no sudoeste peninsular as juntas que se constituíram por oposição ao governo francês representaram distintas escalas de governo, regional, provincial e local. O autor analisa assim, na segunda parte do livro, a natureza e a atuação das juntas criadas entre 1808 e 1811, destacando a composição social e o raio de ação de cada uma e as conexões estabelecidas entre elas. Demonstra, com clareza, que os argumentos de legitimação, a referencialidade política e as formas de exercício de poder dessas juntas diferiram no espaço e no tempo. A este respeito refere que a Junta de Sevilha, intitulada Suprema de Espanha e Índias, foi uma das mais influentes nos primeiros tempos do levantamento patriótico, chegando mesmo a apoiar, em 1808, movimentos de insurreição no Algarve e Alentejo. No essencial, a Junta Suprema de Sevilha desempenhou, a sul, a função de instituição de referência porque, segundo as palavras do autor, foi capaz de “activar lo que podría calificarse como mecanismo de ida e vuelta, cuyos vértices se encontraban situados en Ayamonte y Cádiz” (p. 198). Paralelamente, os casos de Isla Cristina, Huelva, Gibralforte, Cartaya e Villanueva de los Castillejos, bem diferentes em termos orgânicos e de projeção política, apontam para a importância alcançada pela Junta de Governo de Ayamonte na fase inicial da guerra e, sobretudo, nos anos cruciais de 1810 e 1811 depois da queda de Sevilha, quando a chamada Junta Patriótica de Ayamonte assume funções de soberania e de representação mais latas. O deslocamento para o extremo sudoeste de Espanha da defesa e governo de uma parte importante da província conferiu uma maior centralidade à periferia geográfica. Os eixos de contacto e entrelaçada com as autoridades municipais algarvias e com o governo da Regência do Reino, sediado em Lisboa, decisivos para o sucesso das operações militares, favoreceram a posição política da Junta de Ayamonte.

A terminar, direi que o amplo leque de questões aprofundadas neste estudo sistemático sobre a fronteira hispano-portuguesa representa, sem dúvida, um significativo avanço para a compreensão das conexões possíveis entre Portugal e Espanha em tempos da resistência anti-napoleónica. Do ponto de vista historiográfico, o livro de Saldaña Fernández evidencia também a fecundidade da aplicação da perspetiva transnacional ao estudo da guerra e das dinâmicas políticas e sociais dela emergentes em inícios do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Saldaña Fernández, J. (2024). *La Guerra de la Independencia en el suroeste peninsular: Relaciones hispano-portuguesas y configuración del poder en una tierra de fronteras*. Editorial Universidad de Sevilla.

Submissão/submission: 01/07/2025

Aceitação/approval: 10/10/2025

Ana Cristina Araújo, CHSC-Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 3000-370 Coimbra, Portugal. araujo.anacris@sapo.pt

Araújo, A. C. (2026). José Saldaña Fernández, *La Guerra de la Independencia en el suroeste peninsular: Relaciones hispano-portuguesas y configuración del poder en una tierra de fronteras*. Editorial Universidad de Sevilla, 2024. *Cadernos do Arquivo Municipal*, (25), 1-4.
<https://doi.org/10.48751/CAM-2026-25469>
